

## Filipa Riacho

**De:** Henrique Gonçalves [4305@solicitador.net]  
**Enviado:** terça-feira, 24 de maio de 2016 14:36  
**Para:** CAAJ - Correio Oficial  
**Assunto:** FW: Opinião a propósito do Aviso n.º 5523-A/2016, (Diário da República, 2.ª série - N.º 82 - 28 de abril de 2016)  
**Anexos:** O Agente de Execução é um profissional liberal.pdf; OPINIÃO-1.pdf; OPINIÃO-2.pdf

COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO  
DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA  
Entrada / N.º 2524/2016  
Processo N.º 32729/16  
Data 24 05 / 2016

**De:** Henrique Gonçalves [mailto:4305@solicitador.net]

**Enviada:** terça-feira, 24 de Maio de 2016 14:35

**Para:** 'Julio Reis'; '5753@solicitador.net'; '3585@solicitador.net'; '1404@solicitador.net'; '1541@solicitador.net'; '2917@solicitador.net'; '4460@solicitador.net'; '1415@solicitador.net'; '3896@solicitador.net'; '4466@solicitador.net'; '4936@solicitador.net'; '4686@solicitador.net'; '4260@solicitador.net'; '5306@solicitador.net'; '4436@solicitador.net'; '3913@solicitador.net'; '3112@solicitador.net'; '3538@solicitador.net'; '3631@solicitador.net'; '1432@solicitador.net'; '2991@solicitador.net'; '3339@solicitador.net'; '4894@solicitador.net'; 'zita.pereira@abzp.pt'; '2609@solicitador.net'; '3139@solicitador.net'; '5849@solicitador.net'; '3076@solicitador.net'; '3457@solicitador.net'; '4020@solicitador.net'; '2471@solicitador.net'; '1355@solicitador.net'; '5752@solicitador.net'; '5812@solicitador.net'; '3029@solicitador.net'; '3933@solicitador.net'; '3611@solicitador.net'; '1612@solicitador.net'; '3845@solicitador.net'; '4089@solicitador.net'; '1795@solicitador.net'; '3443@solicitador.net'; '5487@solicitador.net'; '4557@solicitador.net'; '4668@solicitador.net'; '1961@solicitador.net'; '3643@solicitador.net'; '5431@solicitador.net'; '2670@solicitador.net'; '3629@solicitador.net'; '5450@solicitador.net'; '2383@solicitador.net'; '3024@solicitador.net'; '3050@solicitador.net'; '5190@solicitador.net'; '5315@solicitador.net'; '2665@solicitador.net'; '4595@solicitador.net'; '3979@solicitador.net'; '5172@solicitador.net'; '2111@solicitador.net'; '3532@solicitador.net'

**Assunto:** Opinião a propósito do Aviso n.º 5523-A/2016, (Diário da República, 2.ª série — N.º 82 — 28 de abril de 2016)

Caros colegas,

Aqui vai a minha opinião sobre aplicação do Aviso n.º 5523-A/2016, (Diário da República, 2.ª série — N.º 82 — 28 de abril de 2016, num momento que se pretende de reflexão e de esforço conjunto.

Tomo ainda a liberdade de juntar a opinião de dois mandatários com quem trabalho, tanto mais que a opinião dos exequentes e seus representantes também é pertinente e deve ser tida em conta.

Com os melhores cumprimentos,

Henrique Gonçalves



Henrique Gonçalves

AGENTE DE EXECUÇÃO

Rua João das Regras, nº 284, 2º andar, Sala 205

4000 – 291 Porto

E-mail: 4305@solicitador.net

Tlf. 224093073 Fax. 224097093

Tlm: 967220307

MENSAGEM CONFIDENCIAL E SUJEITA AO PRIVILÉGIO DE COMUNICAÇÃO DO SOLICITADOR DE EXECUÇÃO E ENTIDADE A QUE RESPEITA

Esta mensagem e quaisquer ficheiros anexos a ela são confidenciais e destinam-se a uso exclusivo da pessoa ou entidade a quem são dirigidos. Se não é o destinatário da mensagem ou a pessoa responsável pelo seu encaminhamento ao respectivo destinatário, fica informado de que recebeu esta mensagem por engano, e de que qualquer utilização, distribuição, reencaminhamento ou outra forma de revelação a outrem, impressão, ou cópia desta mensagem é expressamente proibido. Se recebeu esta mensagem por engano, deverá destruí-la, eliminá-la do sistema e informar o remetente. A remetente utiliza software anti-vírus. No entanto, não obstante terem sido tomadas todas as precauções, não pode garantir que a mensagem e seus anexos não contêm vírus. É, assim, da

responsabilidade do destinatário assegurar que esta mensagem e seus anexos são submetidos a detector de vírus antes de serem utilizados. Alerta-se no entanto que as mensagens transmitidas por este meio podem ser interceptadas, corrompidas, perdidas, destruídas ou chegarem ao destino com atraso.

## Sobre a limitação de número de processos

O Agente de Execução é um profissional liberal, que de acordo com o previsto no Estatuto que o rege «(...) é o auxiliar da justiça que, na prossecução do interesse público, exerce poderes de autoridade pública no cumprimento das diligências que realiza nos processos de execução, nas notificações, nas citações, nas apreensões, nas vendas e nas publicações no âmbito de processos judiciais, ou em actos de natureza similar que, ainda que não tenham natureza judicial, a estes podem ser equiparados ou ser dos mesmos instrutórios. (...) O agente de execução, ainda que nomeado por uma das partes processuais, não é mandatário desta nem a representa.»( artigo 162.º do Estatuto da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução).

No exercício da sua função «(...) o agente de execução mantém, quaisquer que sejam as circunstâncias, a sua independência, devendo agir livres de qualquer pressão, especialmente a que resulte dos seus próprios interesses ou de influências exteriores, abstendo-se de negligenciar a deontologia profissional no intuito de agradar ao seu cliente, aos colegas, ao tribunal, a exequentes, a executados ou a terceiros.» (artigo 3 do Estatuto da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução).

Em 2006, quando se eliminou a competência territorial na nomeação do agente de execução, pretendeu-se superar a carência de solicitadores de execução em determinadas parcelas do território nacional e fomentar uma colaboração estreita entre o agente de execução e o exequente e o seu mandatário. Aconteceu então com os Agentes de Execução o que comumente acontece com várias profissões no nosso país, passou-se a formar, sem perceber se o mercado teria capacidade de absorver todos os agentes de execução e solicitadores que anualmente saíam para o mercado de trabalho.

Chegou-se ao ponto em que nos encontramos hoje: demasiados agentes de execução para as execuções que vão sendo distribuídas e concentração de grande número de execuções em determinados escritórios.

De acordo com a informação disponibilizada em [http://www.siq.dgpi.mj.pt/DataVisualization/DataVisualization\\_Movimento\\_AccoesExecutivas.html](http://www.siq.dgpi.mj.pt/DataVisualization/DataVisualization_Movimento_AccoesExecutivas.html), em 2014 contabilizaram-se 1.197.278 executivas cíveis entradas e 1300.979 acções executivas findas e em 2015 contabilizaram-se 199.230 acções executivas cíveis entradas e 271.039 acções executivas findas, para quantos agentes de execução?

A presente proposta de lei é antes de mais um retorno a um passado, que já se viu que não correu bem.

Voltar à distribuição e à competência territorial para a atribuição de agente de execução coloca logo várias questões e dúvidas: com o actual mapa judiciário como fazer corresponder a competência

territorial dos agentes de execução? Os arrestos e providências cautelares, as notificações judiciais avulsas não são processos sujeitos a distribuição, como se vai proceder com estes processos? Como vai ser controlado o número de processos que cada agente de execução receberá? Serão publicadas listas mensais? Ao longo do ano, à medida que os processos vão sendo extintos, poderá o agente de execução receber novos processos ou fica no início do ano limitado a um determinado número de processos para todo aquele ano judiciário? Se um agente de execução extinguir processos por falta de provisões poderá receber mais processos além dos previstos anualmente? Que acontecerá com as delegações, contará como novo processo? Não aumentarão os pedidos de substituição do Agente de Execução?

Outra questão levantada pela proposta de lei de limitação de número de processos, prende-se com a clara violação do princípio da livre concorrência e da liberdade de mercado, bem como com a evidente limitação à liberdade dos cidadãos, ao acesso à justiça e ao direito. Não é por se limitar o número de processos que cada agente de execução irá receber, que se irá tornar a justiça mais célere, que as pendências irão diminuir, que haverá mais transparência e mais eficiência, e menos processos disciplinares.

De resto, a livre e salutar concorrência, que se pretende também transparente, é a única forma de se atingir o que se pretende com esta proposta de lei – eficácia, eficiência e transparência.

O agente de execução não pode esquecer que *«(...) mesmo que seja nomeado pelo exequente, não é dele mandatário ou representante, cabendo-lhe sempre aconselhar à moderação e ao equilíbrio e tentar conciliar exequente e executado, fornecendo todas as informações jurídicas adequadas ao esclarecimento da sua situação processual. 2 — Em caso algum o agente de execução pode ser, ou aceitar ser, submetido a uma obrigação de resultado.»* (artigo 26 do Estatuto da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução).

Assim, prevê já o Estatuto artigo 24 alíneas h) e i) que deverá o agente de execução *«Diligenciar no sentido de promover a sua substituição em processos para que tenham sido designados quando ocorra motivo justificativo que impeça a condução normal dos mesmos; i) Não aceitar a designação para novos processos, requerer a suspensão de designação para novos processos ou a limitação do número mensal de processos em que sejam designados quando não disponham dos meios necessários para o efectivo acompanhamento de novos processos ou de um número determinado de processos»*

A limitação do número de processos que cada agente de execução ou sociedade de agentes de execução receberá, não promoverá a igualdade entre os agentes de execução, nem promoverá a igualdade de oportunidades dos agentes de execução, tanto mais que à partida limita a capacidade de crescimento e de investimento quer pessoal quer material, muito menos com os critérios que estão previstos, senão vejamos.

- 1) O número de funcionários forenses contratado em exclusividade pelo agente de execução – não será um critério facilmente contornado? Não poderá um agente de execução inscrever no final do ano um determinado número de funcionários e dois meses depois dispensá-los, podendo assim habilitar-se a um maior número de processos e depois diminuir os custos reduzindo o pessoal? Quem vai controlar que tal não aconteça? E a precariedade dos contratos? «Exclusividade» e «tempo inteiro» não eliminam à partida que os funcionários estejam a recibos verdes, o que de resto implica um menor investimento por parte do empregador, que não terá de pagar tantos impostos, nem assegurar seguros.
- 2) Os indicadores de desempenho:
  - a. *«Totalidade das adjudicações de rendimentos periódicos e das transferências para exequentes, executados e outros terceiros que a elas tenham direito dentro do respectivo prazo»* - o agente de execução não escolhe o tipo de processos que recebe, imaginemos que dos processos que recebe a grande maioria são incobráveis e extintos por inexistência de bens, será o agente de execução penalizado por algo que lhe é de todo alheio;
  - b. *«Inexistência de processos sem movimentação injustificada e de estatística por atualizar há mais de 3 meses»* - ou seja a estatística, que de resto é contornável, porque não é por se ter a estatística em dia que isso implica a inexistência de pendências e de processos que em bom rigor já poderiam estar extintos, mas que não estão por questões alheias ao agente de execução;
  - c. *«Conciliação integral no Sistema Informático de Suporte à Atividade dos Agentes de Execução dos movimentos das contas -clientes com os movimentos processuais no registo informático de todos os movimentos das contas -clientes operados em cada processo»* - como é possível que em 2016 ainda haja agentes de execução sem a conciliação completamente feita? Como é possível que depois de tantas acções de fiscalização, precisamente para verificar as questões das contas clientes, ainda não estejam todos os agentes de execução a exercer de forma regular a sua actividade? Não entendo sequer como pode este ser um critério.
  - d. *«Inexistência de situações de dependência económica relativamente aos exequentes, sendo que se considera existir indícios de dependência económica quando um exequente representar mais de 40 % dos processos em que sejam designados.»* - mas se um exequente pretende trabalhar exclusivamente com um agente de execução não é livre de o fazer? Não cabe ao agente de execução perceber se tem capacidade ou não de receber os processos que lhe são enviados? Não escolherá o exequente um agente de execução específico porque este é competente? De resto o estatuto prevê que «(...) o agente de execução não

devem aceitar, respectivamente, o mandato ou a prestação de quaisquer serviços se souberem, ou deverem saber, que não têm competência, disponibilidade ou meios suficientes para se ocuparem prontamente do assunto ou do processo em causa, e o acompanharem de modo efectivo(...)» (artigo 11 do Estatuto da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução).

Acredito que a eficácia, eficiência e transparência passa essencialmente pela fiscalização, que deve ser pública. Deverão ser publicitados os resultados das inspecções, sem medo de identificar os agentes de execução que não estão a desempenhar as suas funções da melhor maneira e porque não distinguir os que merecem distinção, fica a ideia de uma cédula a pontos, uma espécie de cadastro para o bem e para o mal.

Deverão ser feitos maiores investimentos na formação dos agentes de execução e seus funcionários e sobretudo no SISAE.

O uso do SISAE é obrigatório, todos os agentes de execução têm de usar esta plataforma, contudo, trata-se de um meio que está obsoleto, lento. Passam-se dias sem se ter acesso às bases de dados; dias com os processos bloqueados porque há um problema de comunicação entre as referências multibanco e a Caixa de Compensações; iups que demoram a ficar disponíveis a pagamento, etc, etc... Depois há um tratamento desigual entre os PEPEX e os PE, os primeiros podem ser tramitados sem se verificar o pagamento à CC, os segundos não; os resultados das pesquisas são diferentes. O *help desk* não tem capacidade para responder e resolver com a urgência que se pretende os problemas que vão surgindo.

Há ainda que ver que o agente de execução trabalha em grande dependência com o tribunal, que de resto estão conforme estão. Atolados de processos e de pendências, incapazes de darem respostas tão simples como proferir despachos liminares, agendar vendas, informar da existência ou não de embargos de executado, informar da existência ou não de reclamações de créditos...tudo isto se reflecte no trabalho do agente de execução.

Entendo assim que, como critérios para atribuição de novos processos, deveriam ser usados, por exemplo:

- a) O pagamento à Caixa de Compensações – é de conhecimento público que são vários os colegas que não pagam a CC e que têm valores elevados em atraso – estes agentes de execução já há muito que não deveriam receber processos;

- b) Os saldos contas cliente – deverão ser impedidos de receber processos os agentes de execução cuja conciliação revele que não dispõe de saldos suficientes;
- c) A fiscalização;
- d) Estabelecimento de prazo para que os agentes de execução com um grande número de processos, admitam novos funcionários/AE ou deleguem os processos, de forma a restabelecer o equilíbrio da sua própria estrutura.

O agente de execução é um profissional liberal, investido de poderes públicos para a realização de actos próprios do processo executivo, ressalvadas as questões de competência jurisdicional que continuam a caber ao juiz.

A responsabilidade pelo pagamento dos honorários ao agente de execução, cabe ao exequente desde logo porque a execução nem sequer é distribuída sem que se mostre paga a denominada Fase 1. É certo que, caso a execução seja bem sucedida, esse montante e todos os outros que entretanto são cobrados pelo AE, são-lhe devolvidos a final, mas se apenas quando o processo se mostre um sucesso. Então, porque razão não há-de o exequente ter a faculdade de designar o AE, como faz com o Advogado que constitui, ao abrigo do princípio da liberdade contratual?

A proposta de lei apresentada pretende impor ao cidadão exequente a obrigação de contratar o AE y ou o AE z, violando o princípio basilar dos contratos- a liberdade contratual! É que, na verdade, o AE mais não é do que o outorgante de um contrato de prestação de serviços, serviços esses que apenas podem ser realizados por si ou pelos officas de justiça. Tal e qual como se passa com os médicos, ou com os advogados. Aliás, só não se passa com os médicos do SNS e os advogados do AJ, onde aí sim, pode ser escolhido um, digamos que por sorteio... Se assim fosse, seja, se não coubesse ao exequente proceder ao pagamento dos honorários devidos pelos serviços prestados pelo AE, tal como o beneficiário do AJ não paga os honorários do advogado nomeado, nem o doente paga o vencimento do médico do SNS, o projecto de lei que ora se encontra em discussão, poderia fazer qualquer sentido... De outro modo, claramente viola a lei ao violar o princípio da liberdade contratual e da autonomia das partes.

E não se venha falar na problemática da isenção do AE, pois em primeiro lugar, a experiência do passado onde já esteve em vigor o que ora se propõe é bem exemplificativa do insucesso dos Aes por nomeação- processos parados anos a fio, agentes de execução que se suicidavam por não terem capacidade para abarcar os processos em que eram nomeados por sorteio, etc, etc.

A proposta de lei apresentada é totalmente redutora do princípio subjacente tanto aos profissionais liberais como a qualquer mercado- o princípio da livre iniciativa e da concorrência, cada vez mais com mais eco no Direito Público e no Direito Comunitário. Aliás, a concorrência só beneficia o sentido de Justiça, daí a sua consagração mais ou menos recente no Código dos Contratos Públicos, inclusive por beneficiar a transparência. Não é com a introdução de “numerus clausus” assente em critérios numéricos ( como por exemplo o n.º de funcionários que o AE tem, ou o facto de ser ou não uma sociedade) que a OSAE vai diminuir as infracções praticadas pelos AEs que infelizmente de vez em quando chegam a público.... Bem



pelo contrário. Elemento dissuasor deve ser premiar quem efectivamente sabe exercer as suas funções e não prejudicar quem o faz, como esta proposta de lei parece que vai fazer.

O conceito de Justiça, tal como mo ensinou o Senhor Provedor de Justiça, Professor Doutor José Carlos Faria da Costa, não passa nem pode passar pela igualdade e proporcionalidade, mas antes pela não desigualdade e não desproporcionalidade. E esta proposta pretende apenas a igualdade e a proporcionalidade. Nunca se poderá tratar de forma igual e proporcional o que é desigual e desproporcional. Se um AE é mais eficiente, mais conhecedor da lei, mais diligente, para que essa Justiça exista, terá de ter a possibilidade de ter mais trabalho do que aquele AE que é preguiçoso e menos competente. Certamente não terá a OSAE a pretensão de que todos os AEs são bons e competentes para querer que se legisle da forma que pretende.

Uma proposta às vozes críticas dos Aes que trabalham quase sempre só com um ou dois exequentes: criar uma limitação aos Aes para receberem processos desses exequentes, como já acontece com esses exequentes quanto às taxas de justiça- os chamados grandes litigantes.

Uma dúvida: a proposta apresentada acabará com o livre pedido de substituição do AE, presume-se... qual será o prazo máximo para a OSAE analisar e proceder à substituição fundamentada do AE? Quem será responsável pelo atraso que tal possível facto trará à acção executiva? É que bastou a alteração da acção executiva que impede a distribuição sem estar paga a Fase 1 para trazer já muitas vezes atrasos irremediáveis ao processo... Pensemos nas referências geradas pela própria OSAE que demoram dias para que possam ser pagas, ou nas falhas de comunicações entre o GPESE e o Citius... É melhor nem sequer pensar em pedidos de substituição de AE...

Se me é permitida uma sugestão, a OSAE ao invés de se preocupar com alterações, a meu ver descabidas e infundadas, deveria outrossim preocupar-se em limar as arestas do sistema existente de modo a permitir a desejável celeridade do processo executivo, bem como aumentar a fiscalização aos AEs, publicitando devidamente aqueles que são persistentemente incumpridores, para que seja o próprio mercado a excluí-los sem necessidade de se andar a legislar e a fixar critérios.

RE:

João Baldaia

qui 19-05-2016 11:26

Para: AV.HG Porto - Angela <av.hg.porto2@hotmail.com>;

Bem, nunca é como se diz nem como se quer...

Cá vão algumas deambulações sobre a questiúncula que não o é.

O processo executivo não existe para servir os agentes de execução ou outros operadores judiciais, antes o contrário.

De igual modo, a justiça existe para servir a sociedade e, como tal, qualquer limitação, seja ela tão simples como o limite do número de processos que podem ser atribuídos a este ou aquele (que não o tenha solicitado), como seja o impedimento de escolha dos operadores (aqui agentes de execução) que não resulte de pedido deste ou de questões disciplinares, quer seja a competência territorial, é, em si, uma limitação à liberdade dos cidadãos, ao acesso destes à justiça e ao direito e, ainda, um desvio às regras de funcionamento do mercado e da livre concorrência.

Vejo com enorme dificuldade estabelecer os referidos limites, principalmente porque é a OSAE a coartar a liberdade dos exequentes, ainda por cima sem que estes sejam ouvidos sobre esta matéria. O Citius permite aos exequentes a designação - escolha - do agente que pretendem para tramitar o seu processo e caso não o queiram fazer, deixam que a indicação seja efetuada pelo Tribunal. Este sistema está correto, não viola qualquer direito dos exequentes e favorece os agentes de execução competentes e estimula a concorrência entre os mesmos. Com efeito, se um exequente designa um agente de execução e não está contente com o seu trabalho - ou porque deixou de confiar no mesmo ou porque deixou de o considerar competente ou porque entende que o mesmo já não tem capacidade para tanto trabalho, tem soluções ao seu dispor, designadamente, pede a sua substituição, pede que substabeleça noutro colega ou deixa de o nomear noutros processos.

Além disso, não são os exequentes os empregadores dos agentes de execução, ou dizendo de outra forma, aqueles necessitam das funções destes e escolhem consoante a competência e qualidade do serviço prestado, não consoante as necessidades laborais dos mesmos. Significa isto que não podem estar preocupados com a existência de um ou outro (ou mesmo muitos) agente de execução que não consegue processos (certamente que os agentes de execução também não estão preocupados com o número de advogados existentes, aliás, só os advogados o estão, como é natural). Esta é a natureza do contrato de prestação de serviços, da profissão liberal. Não estar preocupado implica, necessariamente, não ser afetado por medidas destes para resolver o problema, *in casu*, do número de processos por agente de execução, muito menos se tal implicar um deterioramento da qualidade do serviço - eu quero este AE porque ele me dá as maiores garantias de qualidade de serviço, o sistema não me deixa e designa-me outro que não a minha escolha, logo vou ser pior servido.

O que tem de estar em causa é o melhor serviço possível da justiça, a sua administração, mais célere e ao menor custo. O exequente faz a escolha do agente de execução de forma consciente tendo por base aquelas premissas e, quando não está contente com o serviço, tem soluções para corrigir o erro ou o problema. Ao colocá-lo logo perante o problema, apenas irá criar mais entropias que a justiça não necessita.

Mas, há soluções que podem mitigar a dificuldade de acesso aos processos por parte de alguns agentes de execução, sem que os exequentes sejam afetados. Por exemplo, quando o exequente não o designa ou quando é requerido apelo judicial, porque não atribuir os processos de acordo com um critério de número de processos? Por exemplo, quando um agente de execução pretende delegar determinado ato, porque não o faz de acordo

com esse mesmo critério para aquela área territorial?

Em conclusão, é inaceitável que o exequente, por questões corporativistas, veja vedado o seu direito à livre escolha e designação daqueles profissionais em que confia e cujo trabalho conhece. É de rejeitar um sistema que coloca de lado a livre designação por parte do exequente, que é o atual e no qual não se deve mexer.

Quanto às variáveis indicadas na proposta, o que me salta à vista é que o pretendido é aumentar o número de mega estruturas, com muitos funcionários e agentes de execução. Diz-me a experiência que tal é um erro.

Quanto aos indicadores de desempenho, acho bem, desde que tal não implique prejuízo para os exequentes, embora ache que estes é que têm de se adaptar às exigências e timings processuais existentes.

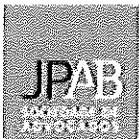
Espero ter contribuído com a visão do exequente para esta problemática,

**João Baldaia**

**Advogado**

[joao.baldaia@jpab.pt](mailto:joao.baldaia@jpab.pt)

Tel.: 961 364 757



José Pedro Aguiar Branco  
& Associados, R.L.

[www.jpab.pt](http://www.jpab.pt)

**PORTO**

Rua José Faia, 110 4650-315 Porto  
Tel.: (351) 220 122 100 Fax: (351) 220 122 101

**LISBOA**

Av. Conde de Valbom, 6-9º 1050-068 Lisboa  
Tel.: (351) 213 300 510 Fax: (351) 213 300 520

**Todos os advogados consultores e escritórios associados em [www.jpab.pt](http://www.jpab.pt)**

CONFIDENCIAL. Esta mensagem e os ficheiros anexos são confidenciais e protegidos por sigilo profissional da comunicação advogado/cliente. Se receber esta mensagem por engano, agradecemos que nos contacte imediatamente por e-mail ou por telefone (+351 22 0122100) e que elimine a mensagem e ficheiros anexos sem os reproduzir. Tratando-se de correspondência trocada entre advogados, a presente comunicação igualmente tem carácter confidencial nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 108 do EOA.

CONFIDENTIAL. This message and any files attached are confidential and privileged attorney/client communication. If you have received this message in error, please contact us immediately by e-mail or by telephone (+351 22 0122100) and delete this message and the files attached without retaining a copy. If the recipient of this e-mail is a lawyer, article 108 EOA also applies.

De: AV.HG Porto - Angela [mailto:[av.hg.porto2@hotmail.com](mailto:av.hg.porto2@hotmail.com)]

Enviada: quarta-feira, 18 de Maio de 2016 14:19

Para: João Baldaia <[joao.baldaia@jpab.pt](mailto:joao.baldaia@jpab.pt)>

Assunto:

[http://www.siej.dgpj.mj.pt/webeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow\\_635991778776875000](http://www.siej.dgpj.mj.pt/webeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow_635991778776875000)